

Fome e o agronegócio na economia brasileira: você tem fome de quê?

Hunger and agribusiness in the Brazilian economy: what are you hungry for?

*John Carlos Alves Ribeiro*¹

 <https://orcid.org/0000-0002-9299-6831>

*Evandro César Clemente*²

 <https://orcid.org/0000-0003-1499-8388>

Resumo

O presente texto foi produzido a partir dos estudos realizados ao longo e após a participação na disciplina "Estado, políticas pública e desenvolvimento territorial", ministrada pelo Prof. Dr. Evandro Clemente, no programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Jataí-UFJ. As aulas inspiraram uma pesquisa na forma de revisão de literatura narrativa, através da qual foi conduzida leitura crítica dos textos disponíveis para a disciplina e de textos complementares indicadas pelo docente e co-autor deste texto. Foi feito ainda uma análise de dados da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (2023) e da Revista Política Agrícola (2022), com a qual buscou-se discutir a real importância do agronegócio para a economia brasileira. Levou-se consideração dados sobre o aumento da fome nos últimos anos e as políticas públicas implementadas pelos últimos governos brasileiros (até o final do governo Bolsonaro). O objetivo desta pesquisa é contribuir para o debate sobre o papel do agronegócio na economia e sua real contribuição para o abastecimento da população brasileira.

Palavras-Chave: Agronegócio; Políticas Públicas; Fome.

Abstract

This text was produced based on studies carried out during and after participation in the course "State, public policies and territorial development", taught by Prof. Dr. Evandro Clemente, in the postgraduate program in Geography at the Federal University of Jataí-UFJ. The classes inspired research in the form of a narrative literature review, through which a critical reading of the texts available for the course and of complementary texts indicated by the professor and co-author of this text was conducted. An analysis of data from the National Supply Company - CONAB (2023) and the Agricultural Policy Magazine (2022) was also carried out, with which we sought to discuss the real importance of agribusiness for the Brazilian economy. Data on the increase in hunger in recent years and the public policies implemented by the last Brazilian governments (up to the end of the

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Jataí, Professor do Instituto Federal de Goiás, john.ribeiro@ifg.edu.br.

² Doutor (UNESP) e Pós Doutor (IG/UFU) em Geografia, Professor da Universidade Federal de Jataí (UFJ), evandro_clemente@ufj.edu.br.

Bolsonaro government) were taken into account. The objective of this research is to contribute to the debate on the role of agribusiness in the economy and its real contribution to supplying the Brazilian population.

Keywords: Agribusiness; Public Policies; Hunger.

Introdução

A partir do discurso do agronegócio, amplamente disseminado em propagandas, o Brasil é apontado como um dos “celeiros do mundo”. Juntamente com os EUA, Argentina e alguns poucos países, estamos entre os maiores produtores de grãos e da exportação de commodities agrícolas. Todavia, contraditoriamente, temos visto o retorno da fome e de suas consequências nefastas: subnutrição, desnutrição e morte.

O Produto Interno Bruto - PIB do agronegócio tem peso significativo na economia brasileira se considerarmos todos os elos das cadeias produtivas que o compõe. Entretanto, há questionamentos importantes quanto à real importância econômica desse setor para o todo da economia brasileira e, especialmente, para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira. Considerando o cenário atual, no qual os últimos governos foram marcados por negligência quanto a condução de uma Reforma Agrária séria e resolutiva e que encampou o maior abandono já visto de políticas agrícolas importantes para garantia da segurança alimentar e do combate à fome, seguiremos nossa análise.

Outra questão marcante desse período é a continuidade da concentração de terras, por diferentes mecanismos, como o retorno de terras públicas já destinadas à Reforma Agrária ao mercado de terras ou a continuidade/avanço do processo de expropriação de pequenos proprietários rurais por consequência tanto do avanço do agronegócio (por pressão por mais áreas para os complexos cana-soja-carne), quanto da valorização das terras e do avanço do setor sobre terras públicas via grilagem ou negação do direito de regularização de territórios de povos originários como indígenas e/ou quilombolas. O que se pretende neste estudo é uma revisão bibliográfica descritiva, a partir de textos estudados ao longo da disciplina “Estado, Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial”, ministrada pelo Prof. Dr. Evandro César Clemente, no PPGGEO-UFJ e de leituras complementares que permitam ampliar a discussão sobre a relação entre o agronegócio e o retorno da fome no Brasil. Outrossim, cabe destacar que será abordado ainda a postura do Estado frente a essa relação a partir da análise crítica das principais políticas públicas implementadas para o setor nos últimos governos.

Sendo assim, o objetivo desse estudo é contribuir quanto à discussão sobre o papel do agronegócio na economia brasileira a partir da perspectiva do materialismo histórico e dialético, ou seja, entender como as contradições da relação Estado/agronegócio têm afetado a vida do brasileiro comum. Por esse olhar, pretende-se compreender as relações de poder que se estabelecem na atuação do agronegócio no território brasileiro, ou seja, a consolidação dos territórios do agronegócio e a consequência disso para o todo da população do Brasil.

Agronegócio e sua importância (importância pra quem?)

Segundo dados recentes, o agronegócio tem sido importante para a economia brasileira, contribuindo para um menor crescimento do PIB em tempos de crise e segurando a geração de divisas via exportação³. Contudo, a quais custos esse setor da economia tem assumido tal importância? Quais os impactos do crescimento do agronegócio para a vida do brasileiro? Que características desse crescimento são benéficas para a população? Como o Estado brasileiro tem se posicionado frente a esse cenário? Ou como tem contribuído para ele?

Todas essas questões colocam em xeque a real importância do agronegócio para a economia brasileira, suscitando reflexões mais elaboradas. Segundo o Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), da Esalq/USP, em parceria com a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), o PIB do agronegócio brasileiro, apresentou ligeiro avanço de 0,19% no primeiro trimestre de 2023. Ao considerar também o PIB brasileiro no período, o Cepea/CNA estima que a participação do setor na economia não mude muito (cerca de 24,5%, em 2023, pouco abaixo dos 25% de 2022, o que tem sido a média dos últimos cinco anos) (Castro, 2022).

Por outro olhar, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que, em 2020, a Agropecuária registrou crescimento de 2,0%, aumentando a participação no PIB de 5,1% em 2019, para 6,8% em 2020. Cabe ressaltar que neste mesmo ano os demais setores apresentaram queda no PIB - a Indústria (-3,5%) e os Serviços (-4,5%). Sendo ainda ano de crise econômica tanto pelo cenário político quanto pela pandemia de Covid-19, com o PIB caindo 4,1% frente a 2019, a agropecuária foi o que minimizou o impacto dessa queda. Enquanto o PIB totalizou R\$ 7,4 trilhões em 2020, a Agropecuária contribuiu com 439,8 bilhões, ficando a Indústria 1,3 trilhão, e o Serviço com R\$ 4,7 trilhões. (Agência IBGE notícias, 2021).

Todavia, esses dados se explicam pelos rumos da economia brasileira tanto por ações da iniciativa privada, como, especialmente, pelas ações governamentais, via políticas públicas e mediação das relações internacionais, como parte da geopolítica do Estado Capitalista descrita por Harvey (2005). Exatamente por isso, abordaremos aqui o agronegócio, conforme disposto pela Cepea/CNA, pois entende-se que as ações do governo no direcionamento dessas políticas públicas e na condução dos

³ Cabe destacar que há uma diferença metodológica quanto a avaliação da importância desse setor da economia. Enquanto o IBGE utiliza Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE (versão 2.0), que vê a agropecuária (seção A da CNAE) como o setor que explora os recursos naturais vegetais e animais, abrangendo atividades de cultivo agrícola, de criação e produção animal; de cultivo de espécies florestais; de extração de madeira em florestas nativas, de coleta de produtos vegetais e de exploração de animais silvestres em seus habitats naturais; além da pesca extrativa e da aquicultura. Logo, os números de PIB da agropecuária do IBGE dizem respeito exclusivamente ao que entendemos como produção “dentro da porteira”. A Cepea “utiliza as informações secundárias e oficiais do IBGE para mensurar o PIB do agronegócio, um conceito mais amplo e abrangente que o de agropecuária, que engloba também atividades econômicas de outros setores de atividade (indústria e serviços). Especificamente, “o agronegócio é definido como um setor econômico com ligações com a agropecuária, tanto a montante como a jusante, envolvendo: a produção de insumos para a agropecuária, a própria agropecuária, as agroindústrias de processamento dessas matérias-primas e a distribuição e demais serviços necessários para que os produtos agropecuários e agroindustriais cheguem ao consumidor final.” (Castro, 2022)

rumos da econômica (política cambial e monetária, controle das taxas de juros, venda de armazéns públicos, esgotamento de estoques públicos, incentivo à exportação, etc.) têm peso significativo no processo de consolidação territorial deste setor da economia. Isso considerando, claro, a crítica contundente feita por Oliveira (2016) quanto ao uso desse conceito que tem, segundo o autor, papel ideológico direcionado a justificação do carreamento de recursos de políticas públicas para o setor.

Ainda com Oliveira (2016) cabe o uso das ideias de monopolização dos territórios e de territorialização dos monopólios, processos pelos quais a economia capitalista monopolista engendra sua própria mundialização. Para o Prof. a forma como as multinacionais do setor atuam no território, seja da produção de insumos (de fertilizantes e sementes aos mais variados tipos de agrotóxicos), seja na produção de maquinários e recursos técnicos e tecnológicos ou de processamento e comércio, se dá por destes dois mecanismos. Dessa maneira, por meio de um monopólio tecnológico essas corporações assumem o controle da mão de obra e das matérias primas, a exemplo da produção e comercialização dos fertilizantes químicos, agrotóxicos e até de sementes, da mesma forma que assumem todas as etapas da produção.⁴

Por meio dessas estratégias de territorialização e consolidação de monopólios e se utilizando do Estado como facilitador de suas ações, a partir do discurso elaborado pela Escola de Harvard quanto ao *agribusiness*⁵, a elite agrária brasileira, com presença tão marcante na política nacional por meio da Frente Parlamentar da Agropecuária - FPA (também conhecida como Bancada Ruralista), mantém sua força⁶.

O Estado e as políticas públicas para a agricultura e pecuária

Hespanhol (1999) nos apresenta uma análise do papel do Estado capitalista frente ao processo de desenvolvimento no cenário brasileiro do século XX. Ao discutir como o Estado mudou seu papel ao longo do século XX, em um movimento que veio do liberalismo clássico ao neoliberalismo, passando pelo keynesianismo de intervencionismo direto estatal, aponta que, no caso do Brasil, isso se deu até meados dos anos 1970, por meio de estratégias de planejamento regional, nas quais o Estado brasileiro, [...]“em virtude de encontrar-se sob o domínio de uma elite conservadora, via de regra efetuou as intervenções através das políticas macroeconômicas e setoriais, de forma a atender aos anseios das próprias elites (que sempre se mantiveram no poder) em detrimento da maioria da população”. p. 4

Assim sendo, o autor segue sua análise citando Milton Santos, Bertha Becker e Francisco de Oliveira para defender que, no caso brasileiro, o intervencionismo do Estado esteve presente, tendo papel central no processo de industrialização e modernização dos sistemas produtivos, porém sem

⁴ Citando Chauí (2013), reforçando essa ideia, Oliveira (2016) aponta que a “ciência e a tecnologia tornaram-se forças produtivas, deixando de ser mero suporte do capital para se converterem em agentes de sua acumulação”.

⁵ Vide Oliveira (2016, p. 103-109).

⁶ Alentejano (2018) destaca que legislatura 2018-2022, a FPA possuía 214 deputados e 24 senadores, respectivamente, 41,7% dos deputados e 29,6% dos senadores.

buscar a consolidação de um Estado de Bem-estar Social, como ocorreu, por exemplo, nos EUA⁷. Afirma ainda que isso se deu não sem tensões entre os diferentes grupos que compõem a elite brasileira e destes com os interesses do capital privado internacional, o que corrobora com a visão de David Harvey, mais adiante.

Dessa forma, considerando as ideias de Harvey (2005, p. 132) quanto ao papel do Estado na Geopolítica do capitalismo, o Estado brasileiro esteve sempre atuante na busca por garantir o equilíbrio entre o excedente de capital e de força de trabalho, fundamentais para o desenvolvimento capitalista. O autor esclarece que o Estado atua na busca de criação de uma coerência regional estruturada, que será degradada, solapada, até que se criem mecanismos de reestruturação, por meio de um processo em que [...] “as contradições internas do capitalismo se expressam mediante a formação de reestruturação incessantes das paisagens geográficas”. (idem, p. 148)

Harvey (2005, p. 83) destaca ainda que [...] “o Estado capitalista também tem de funcionar como um veículo pelo qual os interesses de classe dos capitalistas se expressam em todos os campos da produção, da circulação e da troca.” Esse Estado faz a mediação entre os diferentes interesses entre as classes sociais e intraclasses sociais, buscando conter os impactos negativos da competição e das tensões entre os diferentes interesses coletivos e/ou individuais. O mecanismo pelo qual exerce tal papel é a democracia burguesa, que apesar de sobreviver às custas do consentimento da maioria dos governados, precisa expressar o interesse da classe dirigente. Harvey (2005, p. 85) afirma que essa contradição só se resolve com o envolvimento ativo do Estado na obtenção do consentimento das classes subordinadas, o que o faz através da ideologia.

No Brasil, esse processo se configurou por meio de mecanismos e processos históricos os quais Moreira (2020, p. 400) denominou de [...] “formações espaciais constituidoras da sociedade brasileira”, como etapas da de constituição do espaço geográfico. Formações essas divididas em três fases: “a colonial-açucareira, a industrial-cafeeira e a agroindustrial-rentista.” O autor relaciona os processos produtivos de cada uma dessas fases com as ações políticas de cada período histórico, defendendo que [...] “a sociedade é esse amálgama de formação espacial e formação social, vistas pelo caráter social da relação societária e de sociabilidade do modo de produção dominante”⁸, seja o escravismo no Brasil Colônia, seja o capitalismo em tempos mais recentes.

Dessa maneira podemos afirmar que, as contradições em torno do papel do Estado ou as disputas entre as classes sociais (dominante e dominada) e intraclasses sociais em relação à participação nas ações desse Estado, seja enquanto membro do poder legislativo ou executivo, ou ainda enquanto

⁷ Clemente (2011) nos apresenta visão similar ao comparar as políticas públicas brasileiras com as implementadas na Europa.

⁸ Para Moreira (2020), “a sociedade é o todo das relações societárias e de sociabilidade do espaço-tempo vivido. Seu chão é a formação espacial, mediada pela formação social que por meio desta se ergue e se constrói. Sociedade, formação social e formação espacial compondo, assim, os ângulos de um mesmo todo de que o espaço geográfico é o elo e fator de unidade”.

demandantes de políticas públicas conforme seus interesses, compõem o momento atual do agronegócio. Com representantes nos dois poderes citados e fazendo pressão constante para ampliação de políticas públicas que atendam a seus interesses, especialmente a contenção da Reforma Agrária e a reabsorção de terras já destinadas a esse fim pelo mercado, ou que beneficiem especialmente latifundiários e empresários rurais que atuem na exportação de commodities agrícolas (quase sempre dos complexos soja-cana-carne)⁹.

Nesse sentido, Clemente (2011, p. 81), diferencia a atuação do Estado brasileiro na criação e aplicação de políticas públicas por meio de um conceito fictício de território, que a seu ver, naturaliza as desigualdades estruturais do campo e escamoteia os conflitos de classes e de interesses nestes espaços. Para o autor essa “abordagem territorial, como tradicionalmente tem ocorrido com o termo desenvolvimento, tem sido apropriada por diversas linhas político-ideológicas, que exprimem, por sua vez, distintos interesses e visões.”

Vejam os exemplos de políticas públicas destinadas especificamente aos interesses dos atores centrais do agronegócio (latifundiários, empresários rurais, empresários do setor de beneficiamento, corporações multinacionais da produção de insumos para o setor). Políticas estas que deixam claro o papel do Estado, enquanto Estado Democrático Burguês, como o define Harvey (2005), na consolidação territorial do setor, cumprindo o que já vimos ser denominado por Oliveira (2016) como processo de monopolização do território e territorialização dos monopólios.

Políticas públicas agrícolas

No que se refere às políticas agrícolas houve mudanças recentes quanto ao atendimento da agricultura camponesa¹⁰. Apesar da manutenção da destinação de verbas do orçamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) dos interesses do agronegócio, o quadro não melhorou quanto ao atendimento das necessidades dos agricultores familiares camponeses.

Para se ter um exemplo, o volume orçamentário dos instrumentos da política agrícola, em 2021, foi distribuído da seguinte forma: para manutenção de crédito rural foram destinados R\$ 5.875 milhões, 62% do recurso destinado para tais instrumentos¹¹; para alongamento de dívidas, R\$ 720 milhões, 7,5%; para gestão de riscos, R\$ 2.886 milhões, 30,4%; apoio a preços, - R\$ 4 milhões, 0,0%¹²; e políticas setoriais com R\$ 9 milhões, 0,1%. Ou seja, a maior parte dos recursos são de destinação ao processo de financeirização da produção, reforçando a crítica feita Clemente (2011), na qual

⁹ Vide Alentejano (2018, 2020); Clemente (2011, 2020); Hespanhol (1999); Cleps Junior (2018); Bacelar (2003).

¹⁰ Conceito utilizado a partir de Fernandes (2012).

¹¹ Cabe o destaque de que para Equalização de empréstimos destinados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi destinado quase metade desse recurso, totalizando 24,7% do orçamento direcionado aos instrumentos da política agrícola. (Wedekin, 2022)

¹² Através da equalização de aquisições do Governo Federal houve o “resgate”, devido a venda de estoques públicos oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa de Garantia de Preço Mínimo (PGPM), gerando R\$ 4 milhões de receita. (Wedekin, 2022)

[...] existe uma enorme carência em termos de políticas públicas, sobretudo, daquelas voltadas aos pequenos proprietários, que, no geral, são de baixa qualidade. As que existem são pontuais, desarticuladas, bem como, muitas vezes, falta adequação às efetivas necessidades dos agricultores familiares camponeses, além dos problemas, que vão desde operacionalização, como falta de recursos, dentre outros.

Outro dado importante, que reforça ainda mais essa crítica e atesta o papel do Estado nessa trama, conforme já destacamos em Harvey (2005), é o fato de a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) terem praticamente entrado em desuso nos últimos anos, por meio da redução gradativa das modalidades Aquisição do Governo Federal (AGF), Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF) e Contrato de Opção para composição de estoques públicos¹³. Fica muito claro o atendimento do Estado aos anseios da elite agrária brasileira, hoje fortalecida pelo contato com as grandes corporações globais do setor¹⁴.

Além disso, cabe destacar a recente fechamento e tentativa de venda por parte do governo Bolsonaro de armazéns públicos à iniciativa privada (cerca de 180 armazéns e 25 imóveis da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB), configurando claro desmonte das referidas políticas públicas. O pretexto utilizado foi a suposta necessidade de modernização dos sistemas de armazenamento e logística, mas que, na prática, incorre em menor controle do Estado sobre estoques públicos e, portanto, sobre a regulação de preços dos alimentos no mercado interno.¹⁵

Políticas públicas agrárias

Quanto às denominadas políticas agrárias podemos destacar a separação marcante quanto a sua importância frente as políticas do tópico anterior. Desde os anos 1980 há uma separação clara na gestão dessas políticas, cabendo inclusive a diferentes ministérios

Ministério da Agricultura e do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) nos anos 1980 e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) entre o final dos anos 1990 e durante toda a década de 2000, chegando até 2016 [...]. (Pereira Leite, 2020, p. 232).

Outro dado importante destacado pelo mesmo autor é o fato de, após 2016, ter ocorrido a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), quando teve suas funções incorporadas por uma secretaria específica ligada à Casa Civil, mostrando total descompromisso com a solução da

¹³ Vide Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (2023).

¹⁴ Apesar de alguns interesses conflitantes, como a batalha por manutenção de margem de lucro do produtor a partir da melhor aquisição possível dos insumos necessários, frente ao interesse pela melhor venda possível para garantia do maior lucro possível pelas empresas que fornecem tais insumos, nas batalhas por políticas públicas que atendam aos interesses do agro, esses atores jogam do mesmo lado.

¹⁵ Cuenca (2021).

questão fundiária pelo governo de então. Todavia, o governo seguinte conseguiu piorar isso. Conforme Pereira Leite (2020, p. 233), [...] “a partir de 2019, nem mesmo essa secretaria se manteve, visto que parte das atividades do setor retornaram ao MAPA depois de mais de vinte anos e outra parte foi simplesmente desativada”.

Alentejano (2018, 2020) apresenta ainda diversos dados para demonstrar que a Reforma Agrária nunca foi levada a sério no Brasil, graças à força política dos herdeiros das antigas oligarquias agrárias. O autor demonstra em uma análise detalhada, rigorosa e crítica como a Reforma Agrária só avançou de alguma forma (especialmente entre os governos do Presidente Fernando Henrique Cardoso) graças a muita pressão popular, de movimentos sociais e até da mídia. Ressalta-se que ao longo desses governos ocorreram intensos conflitos no campo e massacres que, contraditoriamente, contribuíram para tal cenário.

O autor demonstra ainda nestes dois textos que, mesmo ao longo dos governos petistas, teoricamente mais compromissas com pautas progressistas, dentre elas a necessidade de superação da concentração fundiária via Reforma Agrária, os avanços foram irrisórios e de uma forma singular. Ao longo dos governos Lula I e II e do primeiro mandato da Presidente Dilma o que houve de Reforma Agrária foi conduzido quase que exclusivamente por meio da destinação de terras públicas, com a diminuição progressiva das desapropriações, ferramenta real de combate a estrutura fundiária herdada do Brasil Colônia.

Nos quatro anos de governo Bolsonaro, como se não fosse possível piorar, a condução da política agrária cumpriu o papel de garantir a reconcentração de terras. Além de zerar o número de assentamento no ano de 2019, o governo ainda criou mecanismos para facilitar a regularização fundiária de famílias assentadas, em um golpe nefasto e certo na luta por redução das desigualdades no campo.

O resultado dessa política agrária maquiavélica¹⁶ foi a reconcentração de terras, visto que famílias assentadas de posse dos títulos de propriedade passaram a ter o direito de venda de seus estabelecimentos. Cabe lembrar que vivíamos uma grave crise econômica e uma pandemia, o que pode ter servido de pano de fundo para a venda de muitas destas propriedades à grandes latifundiários.

Políticas pública para que público?

Pergunta retórica e de resposta óbvia.

No Brasil, pela via do Estado democrático burguês, ou do Estado aos moldes capitalistas neoliberais, conforme nos apresenta Clemente (2011, p. 107)

As políticas públicas para a agricultura, no Brasil, trouxeram em seu bojo, os interesses das velhas oligarquias agrárias regionais, que comandaram e ainda

¹⁶ Maquiavélica porque os discursos criados em cima dessa iniciativa do governo passavam a imagem de benevolência. O governo agindo para melhor a vida das famílias, lhes garantindo o direito de propriedade e não apenas de posse e uso da terra. Enquanto na prática o que ocorria era um mecanismo de abertura de mais terras para a aquisição pelos grandes latifundiários e empresários rurais do agronegócio.

comandam o processo de produção agrícola e é detentora da maior parte das terras, conservando ainda forte poder político.

Prova disso está no esvaziamento recente, dos governos Dilma até aqui¹⁷, das políticas agrícolas para atendimento de assentados e famílias camponesas, e da política de reforma agrária, que caminhou em marcha lenta desde a sua criação durante a ditadura militar.

O retorno da fome – carestia em tempos de abundância

E enquanto isso, as notícias de jornais estampam o retorno da fome e o aumento da insegurança alimentar no Brasil. Enquanto a agropecuária responsável pela produção de commodities agrícolas e o agronegócio como um todo batem recorde de participação na economia (participação percentual no PIB e volume de exportação e geração de divisas), vivenciamos o aumento de preços de alimentos básicos. Isso somado às crises política e econômica nas quais o Brasil se colocou desde 2013/14, agravadas pelo Golpe de 2016 e, recentemente, pela drástica coincidência da eleição de Jair Bolsonaro para presidente como símbolo da extrema direita protofascista, com a ocorrência da pandemia de COVID-19, temos o retorno do fantasma da fome.

Em notícia do G1, site de notícias do Grupo Globo, publicada em junho de 2022, o número de brasileiros sem ter o que comer quase dobrou entre 2020 e 2022, atingindo 33,1 milhões de pessoas, cerca de 14 milhões a mais. Segundo a reportagem, em pesquisa feita pela Rede PENSSAN, o país passou a enfrentar ainda a perda da segurança alimentar, o que atribuem estar diretamente relacionada à atuação governamental. A pesquisa apresentada na reportagem mostrou também [...] “que 125,2 milhões de brasileiros vivem com algum grau de insegurança alimentar, número que corresponde a mais da metade (58,7%) da população do país. Na comparação com 2020, a insegurança alimentar aumentou em 7,2%. Já em relação a 2018, o avanço chega a 60%.”

Considerações (necessárias) finais

Diante das análises feitas até aqui e com base no referencial teórico apresentado para tal, cabem reflexões que suscitem possíveis respostas à pergunta do título deste artigo. As respostas à questão “você tem fome de que?”, vão depender de quem receberá o questionamento. Se for destinada ao brasileiro comum, podemos ver que mais da metade da população, em algum momento, responderá ter “fome de comida”, com o perdão da redundância. Sofrerão com a escassez alimentar e/ou problemas nutricionais em razão da baixa ingestão de alimentos. Essas pessoas precisam se preocupar sobre como alcançaram o final do dia com energia necessária para seguir lutando. Muitos destes, podemos dizer, sobrevivem apenas. Mas se for destinada aos que lucram com a desfalecência alheia, a fome será apenas de dólares das vendas de suas *commodities*.

¹⁷ O que não foge à realidade comum aos governos anteriores no que se refere à reforma agrária, que, de acordo com Alentejano (2018, 2020) e Cleps Júnior (2018).

Se a questão for lida por esse grupo, ou seja, os membros da classe política ou por representantes do agronegócio, a fome é de poder, de acumulação, de controle e dominação. Não à toa temos uma composição tão sólida de bancada representando esse setor da sociedade no congresso (vide Moreira, 2018, p. 45). Cabe então o resgate de Harvey (2005, p. 88), sendo o Estado assim como o Capital, uma relação, um processo, no qual o poder é exercido por meio de arranjos institucionais específicos. Considerando que, também em Harvey (2005), fica claro que isso não ocorre de maneira homogênea e pacífica. Entre os diferentes grupos que disputam a hegemonia na dominação dos rumos da economia, os representantes do agronegócio sempre tiveram em posição de destaque.

Estes que ainda hoje têm fome de poder, sempre o tiveram. O Brasil se manteve e se mantém como uma economia de pés fincados na terra, ou, como destaca Moreira (2020, p. 416) “pode-se dizer que o Brasil nasce, evolui e se constrói como um país de base na agroindústria”. O geógrafo diz isso ao delinear a tradição da agroindústria que perpassa o todo da formação espacial brasileira. Somente por esse caminho podemos entender a virada na configuração das políticas públicas, o avanço recente do poder do agronegócio (econômico e político) e, mesmo neste cenário, o retorno da fome.

Segundo o mesmo autor em outra obra (Moreira, 2018, p. 49), a formação social brasileira tem com o lastro o monopólio fundiário, que se faz como monopólio do território, que culmina como monopólio do Estado. Por esse raciocínio a lógica de formação espacial presente no Brasil Colônia atravessou o tempo e se faz presente ainda hoje. Suas raízes criaram as estruturas de poder vigentes e, em razão disso, os sistemas de poder do passado seguem válidos e influentes nos dias de hoje. Como podemos ver no título do livro já citado de Ruy Moreira, isso faz parte da história do Brasil, em seus diversos ciclos espaciais de acumulação e exploração. Trata-se, pois, de “Mudar para manter exatamente igual”.

Referências

ALENTEJANO, P. R. R. A política agrária do governo Temer: a pá de cal na agonizante reforma agrária brasileira? **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.12, n.2, p. 308-325, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1982-3878.2018v12n2.41319>. Acesso em: 20 fev. 2025.

ALENTEJANO, P. R. R. As políticas do governo Bolsonaro para o campo: a contrarreforma agrária em marcha acelerada. **Revista da ANPEGE**. v. 16. nº. 29, p. 353-392, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5418/ra2020.v16i29.12434>. Acesso em: 20 fev. 2025.

BACELAR, T. As Políticas Públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios. *In*. SANTOS JUNIOR, O. A. dos. [et al.]. (Org.). **Políticas Públicas e Gestão Local**: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

CASTRO, N. R. Afinal, quanto o agronegócio representa no PIB brasileiro? **Cepea/Esalq-USP**, 05 out. 2022. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/opiniao-cepea/afinal-quanto-o-agronegocio-representa-no-pib-brasileiro.aspx>. Acesso em: 21 jul. 2023.

CLEMENTE, E. C.; CLEPS JÚNIOR, J. Considerações acerca da expansão geográfica do capital e a luta pela terra na Microrregião Geográfica do Sudoeste de Goiás. **Rev. NERA**, Presidente Prudente, v. 23, n. 53, p. 288-314, mai.-ago., 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i53.6582>. Acesso em: 20 fev. 2025.

CLEMENTE, Evandro César. **O Programa de Microbacias no contexto do desenvolvimento rural da região de Jales-SP**. 2011. 339 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade Ciências e Tecnologia, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/a1f50e0b-c279-4363-b865-e78bfb448da1>. Acesso em: 20 fev. 2025.

CLEPS JUNIOR, J. Descaminhos da reforma agrária no contexto das reformas neoliberais e da crise político-institucional no Brasil. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.12, n.2, p. 649-663, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1982-3878.2018v12n2.41334>. Acesso em: 20 fev. 2025.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Aquisições. Brasília: CONAB, 2018. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/estoques/aquisicoes>. Acesso em: 20 fev. 2025.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Estoques. Brasília: CONAB, 2023. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/estoques>. Acesso em: 21 jul. 2023.

CONAB coloca 180 armazéns e 25 imóveis para análise de venda e concessão. **Canal Rural**. Brasília. Rural Notícia. 28, abr. 2021. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/programas/informacao/rural-noticias/conab-venda-concessao/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

FERNANDES, B. M. Território Camponês. In: CALDAR, I. B. P.; ALENTEJANO, P.; & FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo** (Org. Roseli Salette). Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 746-750.

HARVEY, D. A teoria marxista de Estado. [publicado a primeira vez em Antipode, ed. 1976]. In. Idem. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. Cap. III, p.73-92.

HARVEY, D. A geopolítica do capitalismo. [publicado a primeira vez em Social relations and spatial structures, ed. 1981]. In. Idem. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. Cap. V, p.125-160.

HESPANHOL, A. N. A atuação do Estado no processo de desenvolvimento econômico brasileiro. In: MENEGUETTE JUNIOR, M.; ALVES, N. (Orgs.). **FCT 40 anos, perfil científico-educacional**, Presidente Prudente: UNESP/FCT, 1999.

MOREIRA, R. **A formação espacial brasileira**. A contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

MOREIRA, R. **Mudar para manter exatamente igual: os ciclos espaciais de acumulação: o espaço total: formação do espaço agrário**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

OLIVEIRA, A. U. de. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iãnde Editorial, 2016.

PEREIRA LEITE, S. Ruralidades, enfoque territorial e políticas públicas diferenciadas para o desenvolvimento rural brasileiro: uma agenda perdida? **Estudos Sociedade e agricultura**, v. 28, n. 1, p. 227-254, fev.-mai., 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36920/esa-v28n1-10>. Acesso em: 20 fev. 2025.

PIB CAI 4,1% em 2020 e fecha o ano em R\$ 7,4 trilhões. **Agência IBGE notícias**. 03 mar. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30165-pib-cai-4-1-em-2020-e-fecha-o-ano-em-r-7-4-trilhoes>. Acesso em: 30 out. 2024.

SILVEIRA, D. Fome no Brasil: número de brasileiros sem ter o que comer quase dobra em 2 anos de pandemia. **g1**. Rio de Janeiro, 08 jun. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/06/08/fome-no-brasil-numero-de-brasileiros-sem-ter-o-que-comer-quase-dobra-em-2-anos-de-pandemia.ghtml>. Acessado em: 21 jul. 2023.

WEDEKIN, I. Desafios da política agrícola brasileira. [Ponto de Vista] **Revista Política Agrícola**. Ano XXXI, n. 1, jan.-fev.-mar. 2022.



Este artigo está disponível em acesso aberto sob a Licença Creative Commons Attribution, permitindo uso ilimitado, distribuição e reprodução em qualquer formato, desde que a obra original seja devidamente creditada.